

- e) Grau de comparticipação financeira disponibilizada pela própria associação ou por outras entidades;
- f) Localização do projecto a desenvolver;
- g) Número de participantes a abranger;
- h) Participação da comunidade na definição, planeamento, execução e avaliação do projecto;
- i) Regularidade das actividades ao longo do ano.

2 — Para além dos critérios enunciados no número anterior, deverá a Câmara Municipal de Celorico da Beira fixar normas complementares para apreciação das candidaturas.

## CAPÍTULO V

### Prazos

#### Artigo 7.º

##### Apresentação de candidaturas

1 — As candidaturas das associações devem ser entregues na Câmara Municipal de Celorico da Beira, ou nas juntas de freguesia da área respectiva:

- a) Até 30 de Novembro do ano que antecede o apoio, para a modalidade «Plano anual»;
- b) Com a antecedência de 20 dias úteis, para a modalidade «Apoio pontual».

#### Artigo 8.º

##### Apreciação e decisão

1 — A Câmara Municipal de Celorico da Beira apreciará as candidaturas e comunicará a decisão no prazo de:

- a) 60 dias úteis para a modalidade «Plano anual»;
- b) 20 dias úteis para a modalidade «Apoio pontual».

#### Artigo 9.º

##### Apoio financeiro e avaliação

1 — Uma vez concedido o apoio financeiro, a comunicação de decisão por parte da Câmara Municipal de Celorico da Beira será acompanhada do calendário das respectivas transferências financeiras para as associações, independentemente da modalidade.

2 — A transferência de verbas resultantes da execução do plano anual poderá ficar condicionada à execução e cumprimento dos objectivos estabelecidos no respectivo plano.

3 — As associações objecto de apoio pela modalidade «Plano anual» terão de apresentar relatório de contas e actividades, até ao dia 25 de Fevereiro do ano seguinte, sem prejuízo da entrega de relatórios parcelares que, em qualquer momento, sejam solicitados pela Câmara Municipal de Celorico da Beira.

4 — Na modalidade «Apoio pontual», a transferência financeira da última prestação só será efectuada após conclusão da acção e da entrega do relatório e respectivos documentos justificativos de despesa, o que deve suceder no prazo de 30 dias úteis a contar do final da acção.

## CAPÍTULO VI

### Disposições finais

#### Artigo 10.º

##### Penalizações

1 — A existência de quaisquer irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a sua utilização para fins diferentes dos estabelecidos ou acordados, implicará a imediata suspensão do processamento das mesmas, não podendo a associação beneficiar de qualquer espécie de apoio por prazo não inferior a dois anos, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal.

2 — O incumprimento, por parte de qualquer associação, do previsto no n.º 3 do artigo 9.º do presente Regulamento, implica imediata suspensão de todos os apoios por parte da Câmara Municipal de Celorico da Beira.

#### Artigo 11.º

##### Relatório

A Câmara Municipal de Celorico da Beira elaborará um relatório anual, a divulgar até ao dia 31 de Março do ano seguinte a que se referem os apoios, de onde constarão os seguintes elementos:

- a) Lista das associações apoiadas, a natureza da modalidade e o montante;
- b) Valor atribuído por cada modalidade e em cada área.

#### Artigo 12.º

##### Financiamento

A execução do presente programa fica condicionada à dotação orçamental inscrita para o efeito.

8 de Outubro de 2002. — O Presidente da Câmara, *António José Marques Caetano*.

**Aviso n.º 9568/2002 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 11 de Outubro de 2002, renovei, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, os contratos a termo certo por mais um ano, com Rui Manuel Peão Casaca e Manuel David Pinhanços Mimoso que exercem as funções de assistente administrativo.

11 de Outubro de 2002. — O Presidente da Câmara, *António José Marques Caetano*.

**Aviso n.º 9569/2002 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 11 de Outubro de 2002, renovei, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, o contrato a termo certo por mais um ano, com Ana Filipa Martins Rodrigues, que exerce as funções de engenheiro técnico civil.

11 de Outubro de 2002. — O Presidente da Câmara, *António José Marques Caetano*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

**Aviso n.º 9570/2002 (2.ª série) — AP.** — João Gonçalves Martins Batista, presidente da Câmara Municipal de Chaves:

Faz público, que a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária, de 2 de Setembro de 2002, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, em coerência com as razões de facto e de direito constantes da proposta n.º 105/Gap/02, de 29 de Agosto de 2002, e na estratégia procedimental sugerida na proposta técnica 01/DOTPU/28-08-2002 da Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, deliberou autorizar o despoletamento do procedimento administrativo tendente à revisão da disciplina urbanística vertida no Plano Director Municipal de Chaves, nos precisos termos configurados na proposta técnica acima identificada.

Mais informa que, para salvaguarda do direito de participação previsto nos termos do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 77.º, ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, pelo prazo de 45 dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, se encontra patente, para consulta e sugestões, no Departamento de Planeamento e Desenvolvimento, Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, o processo que contém a fundamentação da definição da oportunidade e da necessidade do desencadeamento do processo de revisão do Plano Director Municipal de Chaves, o qual inclui, como medida cautelar, o estabelecimento de medidas preventivas previstas no n.º 1 do artigo 107.º do referido diploma, e a consequente suspensão parcial do plano, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, na área do território concelhio, cuja delimitação se encontra configurada nas plantas de ordenamento e de condicionantes anexas à proposta 01/DOTPU/28-08-2002 da Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico.

10 de Outubro de 2002. — O Presidente da Câmara, *João Gonçalves Martins Batista*.